

ças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 566/71, de 20 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, condecorar com a medalha de ouro de serviços distintos a Força Aérea Portuguesa.

10 de Julho de 2002. — O Ministro de Estado e da Defesa Nacional, *Paulo Sacadura Cabral Portas*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 16 844/2002 (2.ª série).** — Considerando que Portugal exerce actualmente a presidência da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE);

Tendo em conta a elevada relevância desta missão de política externa, amplamente caracterizada no preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 30 de Abril, que criou a estrutura de projecto destinada a assegurar a preparação e o exercício da mencionada presidência;

Sublinhando que o lugar de coordenador da presidência portuguesa da OSCE, se encontra vago;

Torna-se necessário designar, numa linha de continuidade, um novo titular para tão importante função.

Recordando que a presente nomeação opera apenas a substituição no titular de um cargo previsto em diploma anterior e que, pelo facto, não importa novos encargos para o erário público:

1 — Ao abrigo do n.º 10, alínea *a*), da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2001, de 30 de Abril, designo o ministro plenipotenciário do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros Rui Nogueira Lopes Aleixo para o desempenho das funções de coordenador da presidência portuguesa da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) junto da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em articulação com o respectivo director-geral, ficando, nos termos da mesma disposição, equiparado a director-geral para efeitos remuneratórios.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2002, cessando os mesmos em 31 de Dezembro de 2002.

3 — Nos termos do n.º 16 da mesma resolução, os encargos financeiros resultantes da presente designação são suportados pelo orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4 — É também o designado exonerado das suas funções de coordenador-adjunto da mesma estrutura de projecto, ficando revogado o despacho n.º 21 171/2001 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, de 11 de Outubro de 2001, com efeitos a partir de 30 de Junho de 2002.

1 de Julho de 2002. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *António Manuel de Mendonça Martins da Cruz*.

### Departamento Geral de Administração

#### Aviso n.º 8721/2002 (2.ª série):

Gonçalo Aires de Santa Clara Gomes, embaixador de Portugal na Haia — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 10 de Julho de 2002 transferindo-o para os serviços internos deste Ministério e nomeando-o representante permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. Francisco Manuel Seixas da Costa, embaixador, representante permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 10 de Julho de 2002 determinando o regresso ao quadro dos embaixadores e nomeando-o para o cargo de representante permanente de Portugal na delegação permanente de Portugal junto das negociações militares em Viena, no quadro da Organização sobre Segurança e Cooperação Europeia (OSCE).

João António da Silveira de Lima Pimentel, ministro plenipotenciário de 1.ª classe, representante permanente de Portugal na delegação permanente de Portugal junto das negociações militares em Viena, no quadro da Organização sobre Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 10 de Julho de 2002 determinando o regresso ao quadro dos ministros plenipotenciários.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Julho de 2002. — O Director-Adjunto, *Carlos Iglésias*.

**Rectificação n.º 1608/2002.** — Para os devidos efeitos se rectifica o aviso n.º 8444/2002, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 16 de Julho de 2002, a p. 12 663, col. 2.ª, pelo que onde se lê «João Paulo Marques Sdabido Costa, primeiro-secretário de embaixada» deve ler-se «João Paulo Marques Sabido Costa, primeiro-secretário de embaixada».

16 de Julho de 2002. — O Director-Adjunto, *Carlos Iglésias*.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

**Despacho n.º 16 845/2002 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o jurista e mestre em Direito José Miguel Sardinha para:

1 — Prestar ao meu Gabinete consultadoria jurídica na área do direito administrativo, em particular no domínio da contratação pública, elaboração de pareceres, aconselhamento jurídico e apreciação de contratos administrativos.

2 — A realização destas tarefas estará sujeita a total autonomia técnica, jurídica e logística, podendo beneficiar do apoio que se revelar necessário por parte deste Gabinete.

3 — A presente prestação de serviços tem a duração de um ano, prorrogável e revogável a todo o tempo por qualquer das partes.

4 — A remuneração anual da presente prestação de serviços será fixada por referência à remuneração anual ilíquida, incluindo os subsídios de férias e de Natal, de um adjunto deste Gabinete, acrescida de IVA à taxa legal e é paga em 12 prestações mensais.

5 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data da assinatura deste despacho.

25 de Junho de 2002. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Nuno Miguel Miranda de Magalhães*.

**Despacho n.º 16 846/2002 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o comandante Pedro Manuel de Almeida Serradas Duarte para, no âmbito da sua especialidade, prestar colaboração no meu Gabinete.

2 — A presente prestação de serviços tem a duração de um ano, prorrogável e renovável a todo o tempo por qualquer das partes.

3 — A remuneração anual da presente prestação de serviços será fixada por referência à remuneração anual ilíquida, incluindo os subsídios de férias e de Natal, de um adjunto deste Gabinete, acrescida de IVA à taxa legal e é paga em 12 prestações mensais.

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir da data da assinatura deste despacho.

1 de Julho de 2002. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Nuno Miguel Miranda de Magalhães*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Despacho n.º 16 847/2002 (2.ª série).** — Por despacho do Ministro da Administração Interna de 26 de Junho de 2002:

#### Lista n.º 55/02

Concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres ao abrigo das disposições contidas na Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Eliane de Sousa Cruz	27-3-71
Servília Pio Ortolan Marques	29-7-45
Maria Theresa Trindade Casqueira	4-9-54
Jaqueline Lima Pereira Cerqueira	2-5-65
Rita Ferreira da Silva Moreira	11-10-72
Godofredo José Machado Cerqueira	1-4-64
José Ernandes Ferreira da Silva	6-6-77

11 de Julho de 2002. — Pelo Director-Geral, a Inspectora, *Marina N. Portugal*.